

APRESENTAÇÃO

A academia é construída de conhecimentos cientificamente acumulados, mas também de saberes cotidianos. É espaço onde se tecem pesquisas e investigações que nos impulsionam a trilhar caminhos, muitas vezes, desconhecidos e inesperados. Além disso, a academia é, também, feita de encontros, de afe(c)tos, de relações que nos formam e nos transformam. Este Dossiê também fala sobre esses encontros. Encontros entre amigos que generosamente partilham e compartilham saberes tecidos em conversas sérias, mas também descontraídas, formulados no olhar que se cruza, no abraço que acolhe, na mão que guia. Nada parece mais adequado para um Dossiê que pretende abordar a temática da inclusão, do que falar do encontro com o outro. Encontros que a vida nos proporciona, nos oferece como um presente, mas também nos priva, rápida e inesperadamente.

Este Dossiê é composto por pessoas que não só pesquisam, mas também nos ensinam a viver, intensamente, o encontro com o outro. Entre tais pessoas, encontramos a presença sempre alegre, vibrante e genuína de Adriana da Silva Thoma, colega e amiga, que nos ensinou, constantamente, a arte de viver com o outro. Por este motivo, este trabalho é dedicado a ela, a sua persistência, a sua coragem, aos seus ensinamentos, sejam acerca das políticas de inclusão, sejam sobre o campo da Educação de Surdos, mas, sobretudo, sobre uma forma singular de encarar a vida, as pessoas, a amizade e o trabalho.

Adriana formou-se em Educação Especial/ Deficientes da Audiocomunicação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS) e realizou seu mestrado e doutorado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Em sua atuação profissional no Departamento de Estudos Especializados e no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, esteve envolvida com pesquisas, que tematizam a educação de surdos, as políticas educacionais de inclusão escolar e a promoção de uma proposta educacional bilíngue para surdos. Sua atuação política e acadêmica se fez presente na organização e na consolidação de importantes grupos de pesquisa, dentre eles, o Núcleo de Pesquisas em Políticas Educacionais para Surdos (NUPPES), o Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Educação de Surdos (Gipes) e como líder do Grupo de Pesquisas SINAIS: Sujeitos, Inclusão, Narrativas, Identidades, Alteridades e Subjetividades.

Adriana coordenou projetos de pesquisa que tratavam de temáticas, como: inclusão, diferença, subjetivação, governo das diferenças na Educação, políticas educacionais, linguísticas e Educação de Surdos. Sua atuação profissional deixa um importante legado de

engajamento político, problematizando efeitos das políticas de inclusão escolar na educação de surdos e nas práticas pedagógicas voltadas para a diferença.

Não só por meio de suas pesquisas e produções acadêmicas, mas em cada um de seus gestos, Adriana nos ensinou a arte de viver com o outro. Sua luta pelo reconhecimento das diferenças e por uma educação justa e igualitária se mantém viva, em cada um de nós. Seu legado acadêmico e de vida permanecem entre todos nós, principalmente por seus generosos atos de cooperação, que, segundo Sennett, constituem-se em uma habilidade, que requer “a capacidade de entender e mostrar-se receptivo ao outro para agir em conjunto”. (2012, p. 10). Segue conosco sua frase de vida “Eu agradeço pela vida e a coragem e ao universo pela oportunidade. A minha vida eu dedico com amor ao sonho vivo da nossa humanidade” (THOMA, 2018, s/p)

Portanto, seguindo a posição política assumida por Adriana, apresentamos o Dossiê Políticas de Inclusão na Contemporaneidade. Este é composto por um conjunto de trabalhos que resultam de investigações desenvolvidas em diferentes estados brasileiros, assim como no exterior. Os artigos compõem um conjunto de pesquisas que analisam e problematizam diferentes políticas, programas ou projetos de inclusão, nas mais variadas facetas que elas assumem, na atualidade. Trata-se de abordar a inclusão, na sua dimensão social, educacional, econômica, digital, entre outras. Há, também, trabalhos que discutem as políticas públicas como instância de reconhecimento das especificidades de diferentes grupos de sujeitos, assim como a compreensão dessas políticas como práticas que, ao promoverem a inclusão de todos os sujeitos, podem produzir, ao mesmo tempo, processos de in/exclusão. Considerando estas questões, passamos a apresentar o foco analítico de cada pesquisa que compõe o presente Dossiê.

O primeiro artigo intitula-se “A hipercrítica: mais uma volta no parafuso IV” e tem como autor o professor Alfredo Veiga-Neto. Em seu trabalho, Alfredo apresenta uma revisão e atualização do conceito de hipercrítica, proposto por ele há três décadas, no campo dos Estudos Foucaultianos. Discute e problematiza aquilo que muitos chamam de autoplágio, o que, para o autor, é um oxímoro e, como tal, implica uma contradição insolúvel, dada a sua impossibilidade lógica. Além disso, explicita que a hipercrítica é uma crítica radical, que deve estar sempre disposta a se voltar sobre si mesma e criticar-se a si própria. Nesse sentido, a hipercrítica se coloca na esteira do kantismo, mas assume uma perspectiva contingente e não-metafísica. O autor nos oferece discussões sobre as possibilidades da hipercrítica no campo educacional, a qual pode servir como atitude diante da análise e da problematização das políticas de inclusão na Contemporaneidade.

No artigo “Las formas de la igualdad: entre políticas y pedagogia”, Natalia Mariné Fattore, realiza uma reflexão acerca da configuração histórica do vínculo entre educação e igualdade. Analisando os deslocamentos discursivos que, historicamente, ocorreram como resultado de determinadas políticas educacionais, bem como de uma série de disputas e articulações no campo pedagógico, a autora aponta dois deslocamentos: da noção de igualdade à de equidade, e desta última, ao imperativo da inclusão. Focalizando no imperativo da inclusão, a autora analisa o modo como, na Argentina, no contexto dos governos ocorridos no início do século XXI, a questão da igualdade como ponto de partida tornou-se um nó central das políticas nacionais. Isso gera uma série de experiências pedagógicas, que questionaram o formato da escola e seus vínculos com o “exterior”, forçando a repensar os saberes pedagógicos, em diálogo com outros sujeitos, saberes, experiências e conhecimentos.

No trabalho, “O que há de especial na Educação Especial Brasileira?”, Márcia Denise Pletsch discute as mudanças conceituais na área de Educação Especial, tomando como referência as políticas de educação inclusiva. Em sua análise, a autora faz uso de dados das pesquisas realizadas pelo ObEE (Grupo de Pesquisa Observatório de Educação Especial e Inclusão Educacional). Essas pesquisas discutem as percepções e as mudanças conceituais sobre a Educação Especial, a partir das indicações da política de educação inclusiva, em vigor no Brasil.

Com dados de pesquisas realizadas no Brasil e em articulação com investigações desenvolvidas em outros países da América Latina, a autora compreende que o campo da Educação Especial deve ser pensado a partir das políticas de educação inclusiva. Para isto, deve-se considerar não apenas o modelo social de deficiência, mas os direitos humanos. Destaca-se, assim, a necessidade de entender o campo da Educação Especial, a partir de uma perspectiva histórica, sem desconsiderar os fundamentos filosóficos, métodos e procedimentos de apoio desenvolvidos, com base em diferentes campos do saber, que vão desde a medicina, passando pela psicologia, a sociologia até chegar na pedagogia. Para a autora, vivenciamos, no Brasil, um duplo movimento, de ressignificação conceitual e de práticas. Esse movimento é efeito de mudanças na realidade social, ligadas às lutas pela ampliação de direitos educacionais, pela justiça cognitiva e pela participação dos próprios sujeitos em decisões que lhes afetam diretamente.

A autora Graciele Marjana Kraemer, em seu artigo “Política de inclusão escolar e a modulação das condutas dos sujeitos com deficiência”, analisa e problematiza como a política de inclusão escolar coloca em funcionamento tecnologias de modulação das

condutas dos sujeitos com deficiência. Ao acionar diversas práticas, ela produz efeitos distintos, que operam na constituição de formas de vida e de participação dos sujeitos com deficiência. Para a autora, as políticas educacionais, voltadas para a efetivação de acesso, permanência, desenvolvimento e aprendizagem das pessoas com deficiência na escola comum, inscrevem-se na regra que mobiliza o jogo econômico do Estado neoliberal: a não exclusão.

Assim, a economia política infere, analiticamente, outro estatuto, pelo qual os indivíduos passam a fazer uso dos recursos de que dispõem. Nessa condição, o comportamento humano, em sua racionalidade interna, passa a ser o objeto de investimentos da economia política. Para tal, as condutas dos sujeitos com deficiência são inscritas em modos de participação, acionados por tecnologias de modulação, que requerem questões específicas, atreladas às condições de cada sujeito. Trata-se, de compreender os investimentos realizados pelo Estado, via políticas e programas de acesso e permanência na escola, como tecnologias de modulação que operam na racionalização, no cálculo e no desenvolvimento de práticas.

Esse investimento passa a operar de modo a constituir condutas mobilizadas pelo imperativo de acionamento de elementos estratégicos para promoção de capacidades participativas e de desenvolvimento a todos. O Estado aciona mecanismos que, além do acesso, mobilizam os sujeitos a permanecerem nos espaços de formação. São, portanto, peças importantes, que exercem funções específicas em uma engrenagem que responde à finalidade neoliberal. A partir do investimento na constituição de condutas participativas, autônomas, flexíveis e aprendizes, a inclusão escolar das pessoas com deficiência efetiva o desenvolvimento de práticas que almejam a formação do sujeito para a participação na sociedade e, também, para a sua inserção no mercado de trabalho.

Em artigo intitulado “A produção discursiva sobre alunos em processo de inclusão: análises a partir de políticas neoliberais”, Denise Ferreira da Rosa e Eliana da Costa Pereira Meneses discutem sobre os resultados de uma investigação que teve por objetivo analisar diferentes práticas discursivas, no campo da educação especial, produzidas no contexto da racionalidade neoliberal. Pautadas em uma perspectiva pós-estruturalistas, as autoras tomam como materialidade analítica entrevistas realizadas com três gestoras de duas escolas da rede pública de ensino, que possuem alunos em processo de inclusão escolar. A partir dos dados coletados, as autoras mostram a operação de práticas que produzem os alunos em situação de inclusão escolar como alunos anormais. Tais práticas, ao provocarem como efeito ações de exclusão por inclusão, na escola, podem resultar na

manutenção desses sujeitos em condições desiguais de concorrência nas tramas do jogo econômico, da sociedade neoliberal.

No texto “Políticas de atenção à diversidade: do pagamento da dívida social ao respeito à diferença”, Patrícia Graff analisa um conjunto de materiais, publicados pelo Ministério da Educação, no que se refere às políticas de atenção à diversidade. Problematicando o deslocamento de ênfase entre a desigualdade e o direito à diferença, a autora busca compreender como a educação se coloca, nesse quadro, ao se propor reduzir uma dívida social histórica, direcionada a alguns grupos identitários específicos. A pesquisa, a partir da sua vinculação com o campo dos Estudos Foucaultianos, mostra que as políticas de atenção à diversidade fazem circular práticas de normalização da diferença. Porém, estas são insuficientes para reduzir as desigualdades e para atenuar as práticas de discriminação na Contemporaneidade.

No trabalho “Inclusão Digital, uma via para a responsabilização individual”, os autores Carine Loureiro, Caroline Birnfeldt e Júlio Heck desenvolvem uma problematização acerca das práticas discursivas, mobilizadas por meio das políticas que disseminam a inclusão digital, no transcurso dos últimos quarenta anos. A partir dos programas analisados, observam que a cultura digital é enfatizada como forma de pertencimento aos modos de ser e de estar instaurados na atualidade. Enquanto a inclusão digital estaria associada à ideia de acesso, a cultura digital se associa a um tipo de sujeito de comportamento inovador, engajado, ativo e protagonista, em relação à aprendizagem. Portanto, a situação atual reforça a responsabilidade do próprio aluno em constituir-se como um aprendiz permanente, que deve encontrar formas de capitalizar constantemente a si mesmo para que tenha as condições necessárias de participar, mesmo que de forma mínima, do jogo econômico.

Assim, deve-se fomentar o acesso à internet de modo a constituir-se em uma maneira de garantir equidade no acesso e reforçar a responsabilização do sujeito pelo seu fracasso ou sucesso. Esse indivíduo, que se vê obrigado a contar apenas consigo mesmo, deve constituir-se como um empresário de si mesmo. Enquanto possibilidade de pensar na contramão dessa lógica, os autores compreendem que as tecnologias na educação podem funcionar como recurso para a constituição de outras formas de conhecimentos, aqueles considerados da ordem do inútil. Tais conhecimentos não estão comprometidos com a capitalização empreendedora dos sujeitos, mas ensinam sobre a importância do humano, sobre outras possibilidades de ser e de estar no mundo, que estão para além de uma formação empreendedora, abrindo outras possibilidades de pensar o mundo e de olhar para

o outro.

O artigo intitulado “O Projeto Acreditar é Investir: práticas de in/exclusão contemporâneas”, de autoria de Guilherme Chagas, Kamila Lockmann e Priscila Wally Virissimo Chagas, busca analisar as estratégias de governamento e as práticas de in/exclusão presentes no Projeto Assistencial “Acreditar é Investir desenvolvidas sobre os estudantes do Ensino Fundamental”, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Cidade do Rio Grande. pesquisa desenvolveu-se a partir da análise de documentos do Centro e do Projeto, entrevistas com profissionais e de uma “rede de narrações”, realizada com estudantes participantes do projeto. A partir dos estudos foucaultianos, os autores destacam dois movimentos analíticos: primeiramente discutem acerca dos movimentos de inclusão e de exclusão que os estudantes vivenciam ao participarem do processo de seleção do projeto. Esses processos de in/exclusão subjetivam os sujeitos e produzem determinados comportamentos sociais adequados ao projeto. Posteriormente, enfatizam, também, que as práticas de in/exclusão persistem durante a permanência dos jovens no projeto e ocorrem por meio da imposição de condicionalidades e de práticas de punição.

Luiz Felipe Alcantara Hecktheuer, em seu trabalho sobre projetos sociais esportivos (PSE), problematiza quem necessita de projetos sociais esportivos. A partir de suas pesquisas acerca do funcionamento de PSE, na cidade do Rio Grande-RS, o autor compreende que os problemas ou questões sociais que tais projetos visam amenizar são tomados como componentes de um estado de direitos a menos vivenciado pelo público-alvo. Os indivíduos, previstos pelos projetos, constituem uma população de subclasse e são posicionados em uma condição de direitos a menos. É esta condição que tem justificado a necessidade de programas e projetos sociais esportivos. Contudo, o que se verifica é que os proponentes dos projetos produzem demandas, estabelecidas a priori, por eles próprios e desconsideram as necessidades do público-alvo. A partir da noção de contingência, o autor objetivou desnaturalizar certas análises que tomam estes programas e projetos pela sua eficiência, eficácia ou efetividade. Nesse sentido, o autor destaca que a desconsideração, por parte dos proponentes dos projetos, sobre as demandas daqueles que compõem o seu público-alvo caminha lado a lado com a recusa dos sujeitos previstos pelo projeto em participar de suas atividades ou ações.

As autoras Roséli Belmonte e Débora Freitas, no trabalho “Políticas de Inclusão em Saúde”, analisam a inclusão relacionada às políticas de saúde brasileira. Para as autoras, algumas políticas em saúde encontram-se articuladas às ações desenvolvidas pelas políticas inclusivas em vista da promoção de intervenções e de regulações nos modos de

vida. Com o conceito de governamentalidade, as autoras desenvolvem seu estudo, compreendendo que este conceito possibilita compreender as redes e tramas que incidem sobre os sujeitos, o modo como são constituídas formas de condução dos sujeitos a partir de determinadas tecnologias de poder. Segundo as autoras, há, em termos de objetivos e finalidades, uma regularidade muito presente nos documentos analisados, apontando estratégias que promovam o gerenciamento da vida individual dentro de um Estado que tem a inclusão como um imperativo necessário à captura dos sujeitos. Para tal, a partir de dados estatísticos, são estabelecidos modos de vida que posicionam cada sujeito dentro de um patamar de maior ou menor risco para desenvolver alguma enfermidade.

Identificando possíveis riscos, os sujeitos devem ser educados para que saibam qual tipo de comportamento assumir; não por imposição, mas por conscientização, aconselhamento, orientação dos riscos em se distanciar de certos hábitos de vida e se aproximar de outros, em nome da própria saúde. Portanto, em vista de respostas alinhadas aos preceitos de uma lógica neoliberal, cada sujeito assume a responsabilidade pelos investimentos operados em sua vida. Dito de outro modo, cada um deve ser capaz de autogoverno, de moderar seus desejos e de se comprometer com escolhas favoráveis à sua saúde. Tal lógica é o que possibilita pensar em políticas de inclusão em saúde. As autoras, observam uma ênfase no acolhimento e no acesso aos serviços de saúde e educação, conduzindo o indivíduo a fazer as escolhas adequadas para a si e, com isso, buscando manter-se a salvo dos riscos.

Madalena Klein e Rúbia Aires analisam as práticas de bidocência em contexto escolar bilíngue para surdos no trabalho “Bidocência na Educação Bilíngue para Surdos: um estudo de caso”. As autoras destacam que uma perspectiva educacional bilíngue parte do respeito à diferença surda e busca primar pela inserção dos sujeitos surdos no mundo. Com isso, além dos aspectos linguísticos, a educação bilíngue deve considerar questões culturais, sociais e curriculares. Na escola de surdos investigada, a bidocência se constitui como importante potencialidade por meio da presença de um professor surdo e de um professor ouvinte. Ambos, segundo as autoras, contribuem para os referenciais de línguas: Libras e a Língua Portuguesa na modalidade escrita. Pela observação realizada na escola, as pesquisadoras perceberam um processo de compartilhamento de saberes docentes na prática da bidocência, além de amplo empenho para um planejamento conjunto. Como desafio, permanece a dificuldade de horários comuns entre as professoras para a realização do planejamento. Contudo, na perspectiva da educação bilíngue para surdos, a bidocência amplia as perspectivas de inclusão social, e especialmente promove avanços nos processos

de aquisição de linguagens e de aquisição linguística.

A pesquisa intitulada “Vulnerabilidade Linguística e Educação De Surdos”, desenvolvida por Pedro Wichts e Maura Corcini Lopes, discute a manutenção da histórica vulnerabilidade linguística atribuída às pessoas com surdez e problematiza a precarização das condições de desenvolvimento e sustentabilidade do sujeito. A partir de uma análise documental das políticas linguísticas de educação de surdos no Brasil, os autores fazem uso do conceito de governo como ferramenta. Segundo estudo desenvolvido, embora o bilinguismo seja uma tendência educacional muito vantajosa para surdos, sob a ótica do governo linguístico, é possível entendê-lo como uma estratégia que permite a condução de uma população por meio de uma única língua. Isso porque, a Libras não pode substituir a modalidade escrita da língua portuguesa. Assim, para os autores, as condições conjunturais nas quais os surdos estão historicamente inseridos acabam estabelecendo a vulnerabilidade como uma variável permanente em suas vidas pois, embora vulnerabilidade e precarização não sejam variáveis condicionais imanentes entre si, elas aparecem na relação educacional de pessoas com surdez. Na análise das políticas linguísticas para surdos observa-se a articulação de mecanismo de escolha parental. Tal mecanismo opera na manutenção da vulnerabilidade linguística dos surdos, ao atribuir às famílias uma suposta liberdade de escolha pelo modo como as crianças surdas se desenvolverão linguisticamente. A escolha parental, portanto, atua diretamente em um planejamento linguístico que fortalece a condução das condutas por meio da língua oficial.

No trabalho “Temporalidades e deslocamentos na inclusão de sujeitos com cegueira em uma escola visuocentrada”, as autoras Birgit Riffel e Jackeline Mendes, problematizam como a inclusão de jovens com cegueira vem sendo produzida e a partir de quais objetivos e conexões. A pesquisa, ao utilizar o conceito de governamentalidade, é desenvolvida a partir de um olhar etnográfico à escola, enfocando uma visão interna de um grupo de jovens em idade escolar, com cegueira sobre sua(s) realidade(s) social(ais), para assim captar, compreender e apreender como estes jovens se constituem enquanto sujeitos em uma sociedade visuocêntrica. Como eles elaboram seus saberes, em contextos não formais de educação, e de que forma (se é que, porventura, o são) estes saberes são legitimados, reconhecidos e considerados no sistema regular de ensino. As autoras destacam que, como a escrita em braille trabalha com um número finito de códigos, limitados pelos seis pontos das celas, são inúmeros os símbolos matemáticos cuja escrita se dá por uma sequência de outros símbolos. Desse modo, nem sempre existe a correspondência entre uma cela do braille e um símbolo, pois, às vezes para determinado símbolo são necessárias duas ou três

celas, que, embora isoladas possuam significados variados, unidas têm outra função. A memorização destes conjuntos de símbolos é árdua, requer treino, repetição e tempo. Frequentemente, nem mesmo os professores de braille os conhecem. Nesse viés, a inclusão de alunos com cegueira, na escola, regular traz desafios à matemática escolar, que se vê confrontada com alternativas nem sempre condizentes com o viés de certeza, precisão, pureza, universalidade e homogeneidade, como muito se prega. Para as autoras, busca-se que os sujeitos com cegueira alcancem o padrão mais próximo da normalidade social, ou seja, daquilo que se enquadra como normal numa sociedade visual, capitalista e neoliberal. Assim, a individualidade dos sujeitos é dissecada, para que sua participação e envolvimento na comunidade sejam homogêneos e controlados e tais atitudes se reproduzam uniformemente na população.

As autoras Thamille Pereira dos Santos e Fernanda de Camargo Machado, em sua pesquisa, “Uma análise sobre condições históricas de emergência da terminalidade específica na educação profissional e tecnológica”, buscam compreender as condições históricas para a emergência da certificação por terminalidade específica (CTE), na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT). A partir de uma pesquisa documental e pautadas na noção de representação cultural, do campo dos Estudos Culturais em Educação, as autoras compreendem que os documentos analisados constituem linguagens produtoras de verdades historicamente instituídas. Os investimentos de organismos internacionais e do Estado brasileiro, em políticas que objetivem a garantia do acesso e do desenvolvimento dos sujeitos com deficiência nos espaços educacionais, constituem uma atmosfera em torno da necessidade de ampliar e consolidar a inclusão no Brasil. Em sua análise, as autoras evidenciam que a CTE – instrumento até então permitido apenas para o ensino fundamental no Brasil – inscreve-se na RFEPCT, no final da primeira década do século XXI. Essa inscrição se deve pela articulação entre educação especial e educação profissional e tecnológica, em vista da efetivação da garantia da inclusão dos sujeitos com deficiência mental grave e múltipla no mundo do trabalho.

Na pesquisa “Da Escola à Empresa Educadora: a fabricação de habilidades em prol da inclusão de todos”, Tatiana Rech problematiza, a partir de uma pesquisa documental, as relações de proveniência e as condições de emergência instituídas entre a escola e a empresa em vista da política de inclusão de jovens com deficiência no mercado de trabalho. Conforme estudo desenvolvido pela autora, a partir da década de 1990, a articulação entre a escola e a empresa se constitui em um contexto de emergência do imperativo de inclusão no Brasil e nesse contexto, a Responsabilidade Social Empresarial

mobiliza a política de inclusão de jovens com deficiência no mercado de trabalho. A articulação entre empresa e escola institui-se objetivando manter todos os sujeitos em fluxo considerando uma normatividade econômico-empresarial. Para tal, a premissa da necessidade de garantir a qualificação das pessoas com deficiência torna coerente pensar em ações que interliguem inclusão, responsabilidade social e qualificação. Portanto, na articulação entre escola e empresa, a inclusão se potencializa, nas duas instâncias, por meio de movimentos de fluxo, pensada como uma estratégia de fluxo-habilidade.

A pesquisa, desenvolvida por Rejane Klein, aborda a temática das “Políticas de Inclusão e os efeitos nas práticas docentes no ciclo de alfabetização”. A autora analisa práticas de professoras que atuam nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em escolas municipais, localizadas no estado do Rio Grande do Sul, considerando as relações entre as políticas de inclusão e o Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). A partir de entrevistas realizadas com cinco docentes e da análise de políticas educacionais, dentre elas, a Política Nacional de Educação Especial de 2008 e do documento do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (2012), a pesquisadora observa a constituição de distintos efeitos nas práticas docentes alfabetizadoras. Entre estas consequências, destaca-se a necessidade de individualizar as práticas pedagógicas, a fim de adaptar e flexibilizar o currículo. Com isso, o AEE e os serviços de apoio passam a ser instrumentos produtivos para a instituição do lugar permanente de aluno de inclusão no contexto da escola. Portanto, de forma paradoxal, os investimentos operados na inclusão e na alfabetização das crianças parecem constituir apenas um ponto de partida, uma vez que não suprem as necessidades educacionais dos alunos e muito menos das orientações políticas para a inclusão de todos e para a alfabetização na idade certa.

Diante dessa variedade de abordagens temáticas e teóricas acerca dos processos de in/exclusão, que ocorrem na Contemporaneidade, convidamos o leitor a navegar nos textos. Além disso, compartilhe com os autores as problematizações e discussões sobre esse polêmico tema, que inunda nosso cotidiano na atualidade.

Kamila Lockmann
Graciele Marjana Kraemer
Editoras Convidadas